Globethics Repository



A derrota dos EUA é urna derrota política ["The defeat of the United States is a political defeat"]

This page was generated automatically upon download from the Globethics Repository. More information on Globethics see https://www.globethics.net. Data and content policy of Globethics Repository see https://repository.globethics.net/pages/policy.

Item Type	Article
Authors	Negri, Antonio
Publisher	Instituto Humanitas Unisinos - IHU
Rights	With permission of the license/copyright holder
Download date	2026-11-11 10:16:21
Link to Item	http://hdl.handle.net/20.500.12424/162860

"A derrota dos EUA é uma derrota política"

Entrevista com o filósofo Antonio Negri

Traduzimos e reproduzimos a entrevista que segue, realizada por Verônica Gago ao filósofo italiano Antonio Negri, e publicada no jornal ***Página/12***, em novembro de 2005. Nela, Negri analisa, como uma "derrota", a invasão dos Estados Unidos no Iraque e pressagia uma perspectiva auspiciosa para a América Latina, criticando a esquerda "tradicionalista" da Europa. Negri é autor dos livros ***Império*** (São Paulo: Record, 2001) e ***Multidão*** (São Paulo: Record, 2005), junto com Michel Hardt.

O filósofo e militante italiano Toni Negri está na Argentina pela segunda vez. Vem do Chile e vai também ao Brasil. Depois de ter lançado a polêmica em âmbito mundial, com seu livro ***Império*** sobre o fim do imperialismo clássico, está agora convencido de que o tempo é anômalo para a América Latina, porque deixou de ser o "pátio traseiro" dos Estados Unidos. Da crise Argentina de 2001 à atual crise brasileira, passando pelo falido golpe na Venezuela e as revoltas andinas, ele lê uma mudança profunda e continental, capaz de dar lugar a um multilateralismo que dispute a pretensão norte-americana de soberania imperial. Em seu diálogo com ***Página/12***, insiste em que a América Latina está mais avançada do que a Europa para pensar a relação entre os movimentos sociais e os governos na experimentação de um radicalismo democrático.

Que atualidade têm as teses do *Império*, após a intervenção militar dos EUA no Iraque?

Logo após a saída do *Império*[12], a polêmica se centrou no papel dos EUA na guerra, sustentando que a política norte-americana se apresentava como imperialista, o que tendia a mostrar a tese do *Império* sobre a redistribuição do poder global como falsa. Vendo esta posição, a primeira coisa que é preciso dizer é que a guerra no Iraque não demonstrou o renascimento da função imperialista, e sim a derrota definitiva do unilateralismo imperialista norte-americano. E isso não só pela dificuldade que os norte-americanos encontraram na própria guerra, mas porque se apontou que é absolutamente impossível conduzir o processo de ação de polícia internacional fora de um quadro mundial de acordos que abrange outros autores e países. A derrota norte-americana não é apenas territorial, é, sobretudo, política, devido à sua incapacidade para organizar o país. A guerra do Iraque não implica uma derrota como foi a do Vietnã, devido à resistência dos vietcongues no contexto da guerra fria. A derrota atual é por falta de capacidade para construir uma unanimidade em torno de uma operação de guerra. Numa outra ordem de coisas, o velho direito internacional, que era um clássico direito do Estado-nação, ficou completamente deslocado e, ademais, é preciso considerar a

[12] O filósofo refere-se ao livro ***Império,*** editado pela Record, em 2001. (Nota da ***IHU On-Line***)

absoluta incapacidade norte-americana de financiar esta guerra: a crise do pressuposto norte-americano é verdadeiramente grave.

Em outras oportunidades você falou de um "golpe de Estado" no Império. Poderia explicar esta imagem? Como explicaria atualmente a formação de uma estrutura de poder no Império?

Na situação atual, o projeto norte-americano se revela numa crise profunda. Bush é um pequeno Luís Bonaparte, que tenta um golpe de Estado no Império, para impor um comando unilateral sobre a globalização. Isso, não só não é possível, com também é extremamente perigoso sob todos os pontos de vista. Além disso, entrou em crise também a capacidade norte-americana de gestão ideológica para desenvolver políticas econômicas: o neoliberalismo, que parecia totalmente vigente faz uns poucos anos, é agora rechaçado por um amplo ciclo de lutas, o que abre uma situação extremamente complicada e variável. A guerra confirmou que o problema maior é que o Império não sabe até onde pode se dirigir. O que teremos, então, é uma nova batalha para ver quem comanda no Império, qual é o regime soberano que vai dominar. A hipótese que me parece mais plausível hoje é a emergência de um grande conglomerado aristocrático, formado pelas grandes potências continentais, como a China ou a Índia, e parte da Europa, que se apresentam na primeira linha da mundialização.

E como avalia a persistência de uma prédica antiimperialista, em boa parte da esquerda?

Estou seguro de que as ideologias antiimperialistas das esquerdas tradicionais, que são profundamente conservadoras, estão equivocadas. Elas funcionam como uma espécie de espelho deformador das posições, no estilo Fukuyama e seu fim da história, que ele pensa em termos de grandes nações, mais do que nestas novas sínteses soberanas. Ou de Huntington, somente um sim é um verdadeiro inimigo, porque organiza um discurso para as elites norte-americanas. É preciso prestar muita atenção ao modo pelo qual os movimentos sociais condicionam permanentemente as sínteses políticas, os novos modos soberanos. Trata-se sempre de variáveis complexas.

Como crê que a América Latina participa desta nova redefinição da soberania imperial?

Parto de uma idéia básica: esta parece ser a primeira vez que a América Latina não atua como pátio dos fundos dos Estados Unidos. É muito significativo derrubar a Alca. Esta modificação é realmente importante, mesmo que levemos em conta a estabilização deste processo pela presença mundial do neoliberalismo. Esta novidade, ademais, se translada ao terreno político, precisamente no momento em que o grande vizinho do Norte está em dificuldades e não tem capacidade de intervir imediatamente. Desse modo, a situação do Brasil, marcada pela vitória de Lula, produziu a consolidação de uma força de esquerda e um equilíbrio intercontinental positivo do ponto de vista dos movimentos. Do Uruguai à Venezuela, passando pelas intensas lutas da zona andina, o mínimo que se pode dizer é que estamos ante uma situação de profunda mobilidade. No plano internacional, estes processos se projetam, apresentando a América Latina como um grande potencial continental, para participar, no terreno transnacional, da gestão do mercado mundial. Isso evidentemente implica uma verdadeira inovação. É nesse sentido que podemos interpretar a importância do desenvolvimento das relações Sul-Sul. É com base nisso, creio, que devemos valorizar o papel desta esquerda sul-americana no governo, por seu impacto sobre o

terreno global. O que significa, então, que um governo da América Latina se proponha a sair do FMI? O fim da dependência é uma possibilidade, uma potencialidade. E é nesta possibilidade que devemos pensar. E o problema maior que se apresenta agora é o das relações entre movimentos e governos, na medida em que estes últimos estão ante a possibilidade de aprofundar este potencial criativo de novas formas soberanas.

Qual poderia ser a relação entre governos de esquerda e movimentos sociais?

Antes dizíamos que os governos conviviam com um duplo poder. Hoje, em troca, se trata de um verdadeiro momento de transformação da própria soberania e da relação entre estes termos. E isso se projeta de modo direto em âmbito internacional, o que adquire grande importância, quando se recorda que, na base do Império, está a guerra. E é na América Latina, onde se vê como estas coisas se passam, ou não. O que ocorre hoje no Brasil? Seguramente, o movimento vai pagar um preço muito alto pela estabilização atual do governo de Lula, num momento em que os movimentos organizados sentem uma enorme desilusão. A situação da Argentina parece manter-se num certo equilíbrio, logo após a crise. E existe a situação venezuelana, que, provavelmente, apresenta o problema de modo caricaturesco, porque a proposta vem do alto e se desencadeou com uma grande energia. O certo é que se trata da situação mais radical destes países, porque pode ser a porta de entrada da guerra como variável por parte dos EUA

A que se refere, quando fala de um "novo pacto"?

O "novo pacto" é a redefinição de uma aliança estratégica. Mas o ponto-chave é o conteúdo multitudinário deste "novo pacto". Por exemplo, a defesa da pequena propriedade no Brasil, de um modo que seja compatível com o desenvolvimento da agricultura, que é, de fato, um ponto programático do MST. Contextualizado para a América Latina, isso implica a discussão de como pensar um pacto que não insista na reprodução de uma perspectiva keynesiana, que já não é possível: hoje não se pode discutir um pacto, supondo uma dinâmica produtiva dada pela grande indústria. O "novo pacto" deve referir-se à relação entre as organizações sociais e a organização produtiva, em termos de uma cooperação social. O grande erro da esquerda tradicional oportunista é que, se não se fala das formas institucionais e políticas, nas quais a grande reforma deverá acontecer, não se fala de nada. Somente nestas formas é que aparece a verdadeira dimensão de um radicalismo democrático de base. A questão é: o que significa hoje ter força e como ela se consolida. Evidentemente, não é com um exército. Este problema está bem presente na Argentina, que é como um corpo aberto, ótimo para análise.

Você apoiou o "sim" à Constituição européia no *referendum* francês. Como explica esta posição, que foi contrária à maioria da esquerda européia?

Estamos presenciando, na Europa, a reconstrução da esquerda, como, por exemplo, a *Linkspartei* alemã. A esquerda corporativa européia teve sua primeira vitória no "não" ao *referendum* à Constituição na França. Para mim, tratava-se de impulsionar um debate político sobre a relação que existia entre três coisas: a apresentação da Europa como alternativa necessária aos Estados Unidos, a constituição de um espaço europeu aberto a novas dinâmicas e, por último, a consideração da Constituição, não como a que daria definições positivas, mas como uma negatividade aberta a contradições bem interessantes. Isso não foi possível, porque os movimentos sociais foram absorvidos por esta esquerda

tradicionalista, salvo uma parte do movimento que trabalha a questão da migração. Quando apoiei o sim, muitos amigos se incomodaram (risos). Mas, a unidade em torno do não, sobretudo na França, é uma unidade de loucos: socialistas de direita, estalinistas, intelectuais trotskistas e outros que se juntaram com a direita e a ultradireita, em nome de um ressentimento pelo fim do Estado social e uma suposta defesa de direitos em detrimento dos migrantes.

Como vê o movimento de resistência global?
Em profunda crise. O que começou em Seattle, seguiu em Gênova e continuou no movimento contra a guerra, decaiu brutalmente. Disto se nutriu a reconstrução da esquerda tradicional. O interessante, porém, é que, no interior desta curva descendente, iniciou outra que começa a ser ascendente, protagonizada por lutas sociais de novo tipo, que se dão fundamentalmente sobre o trabalho precário e a migração.

Livro da semana

Paula PINTO E SILVA. *Farinha, Feijão e Carne-Seca*. São Paulo: Senac, 2005.

Na era da globalização, a gastronomia brasileira, elemento tipicamente regional e de identidade cultural, ganha força, escreve Helena Jacob, comentando o livro ***Farinha, Feijão e Carne-Seca***, de Paula Pinto e Silva, em artigo publicado no jornal ***Gazeta Mercantil***, 4-11-05.
Conhecer os ingredientes básicos da nossa cozinha, como a mandioca – "a rainha do Brasil", segundo palavras de folclorista Luís da Câmara Cascudo -, ajuda a entender como é a nossa cultura e suas intrincadas miscigenações.
Segundo Helena Jacob, uma das mais recentes iniciativas com o intuito de conhecer a vasta gastronomia brasileira é o lançamento, pela Editora Senac, do livro ***Farinha, Feijão e Carne-Seca***, da antropóloga da Universidade de São Paulo – USP -, Paula Pinto e Silva. Essa obra vem na esteira de uma recente revalorização da gastronomia, que deixou as cozinhas das casas e restaurantes e ganhou a mídia e a intelectualidade. Existe, inclusive, uma nova frente de pesquisa da Antropologia que enfoca o assunto: *a Antropologia da Alimentação*.
Esse tipo de abordagem segue o princípio de que pesquisar o que um povo come é tão importante para compreendê-lo quanto analisar sua produção artística ou sua economia, por exemplo.

Os pilares da mesa brasileira

Reproduzimos o artigo publicado na última sexta-feira, 4 de novembro, no jornal ***Gazeta Mercantil,*** no caderno *Fim de Semana*. O texto comenta a obra ***Farinha, Feijão e Carne-Seca,*** da antropóloga Paula Pinto e Silva.

Para os apaixonados por gastronomia, cada livro lançado - e têm sido muitos - é uma festa. Dá gosto comprar o livro, saboreá-lo e fazer pontes entre ele e outras obras lidas anteriormente. Não é diferente com ***Farinha, Feijão e Carne-Seca***, da antropóloga da Universidade de São Paulo (USP) Paula Pinto e Silva. O livro é um convite para a releitura de ***História da Alimentação do Brasil***, de